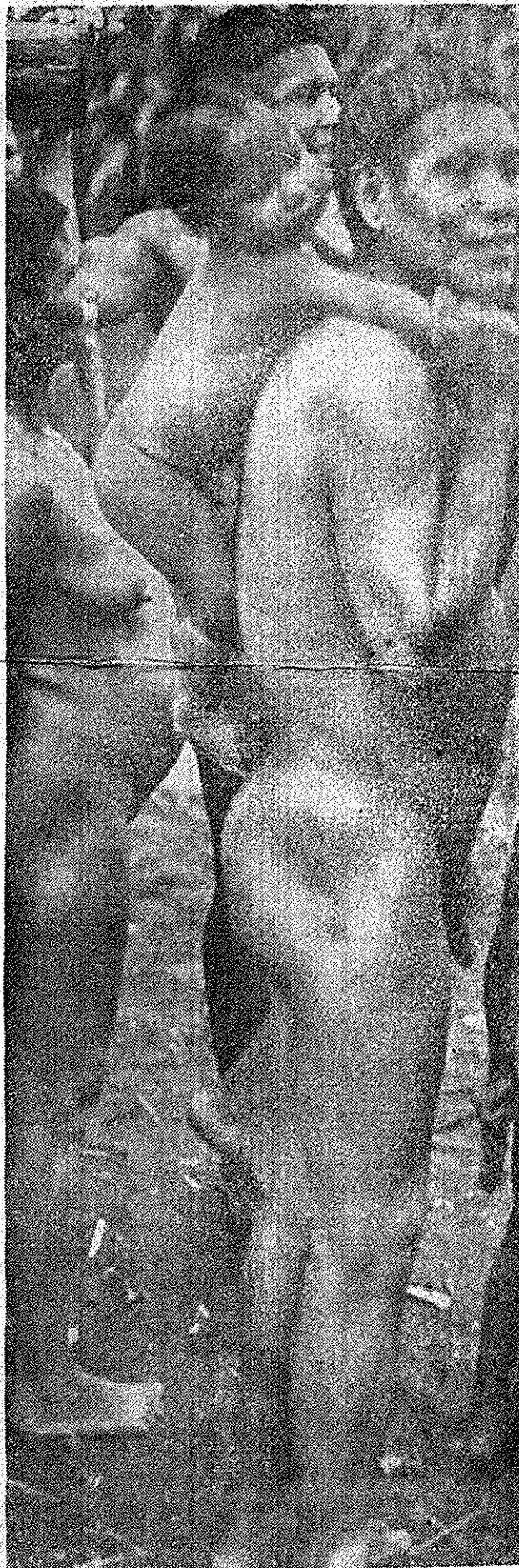


Funai ainda desagrada missões



Kranhãcarores: mudança por decreto

ELIANA LUCENA

Enviada Especial

O encontro do Conselho Indigenista Missionário que terminou ontem, na sede da Missão Anchieta, em Mato Grosso, deixou claro que um entendimento mais profundo entre missionários católicos e a Fundação Nacional do Índio dificilmente ocorrerá, enquanto a Funai continuar colocando como objetivo primeiro de sua política a integração do índio na sociedade nacional.

Agora, mais coesos em suas posições, os sete membros do Cimi, órgão ligado à CNBB, divulgaram uma nota oficial, ao final do encontro de Diamantino, reiterando que o Conselho não pretende de forma alguma substituir a Funai; muito ao contrário, acha importante que ela exista e atue eficazmente — "Mas nem por isso o Cimi abdica de sua missão como órgão totalmente identificado com os objetivos da igreja missionária, em perfeita harmonia com seus pastores e seus agentes de pastoral a serviço da causa indigenista, dando sequência, de uma nova forma, à histórica presença dessa mesma igreja entre as populações indígenas".

A nota do Cimi, assinada pelo seu presidente, padre José Vicente César, dom Thomas Balduino Ortiz, bispo de Goiás, cacique bororó Eugenio Rondón, padre Rodolfo Lunkrenbein, irmã Silvia Wewering, padre Thomas de Aquino Lisboa e padre Egidio Schawden, foi divulgada em resposta ao presidente da Funai. Em declarações recentes, divulgadas pela imprensa, ele afirmou que o presidente do Cimi e seu secretário teriam concordado com suas advertências no sentido de se retratarem de suas críticas contundentes contra a política vacilante da Funai.

Nos seus três anos de existência, o Cimi enveredou pelo difícil caminho de orientar as missões católicas, buscando, ao mesmo tempo, um diálogo maior com a Funai. O primeiro objetivo, na opinião dos integrantes do Conselho, em parte já foi alcançado. Nos encontros sucessivos com as missões mais conservadoras no trabalho com o índio e aquelas que aplicam uma orientação mais moderna, "pelo menos teoricamente" — como ressaltou o padre Egidio Schawden — todos chegaram a uma conclusão comum: a necessidade de respeitar e preservar as culturas indígenas, evitando-se qualquer tipo de aceleração no longo processo aculturalivo que seria culminado com a inevitável integração do índio na sociedade.

As frequentes declarações das autoridades do Ministério do Interior sobre a necessida-

de de se integrar o índio a curto prazo e a anunciada alteração do Estatuto do Índio, somadas a uma dezena de problemas levantados pelo Cimi em diversas áreas indígenas assistidas pela Funai, são os principais motivos enumerados pelos missionários para justificar sua atitude de preocupação diante do futuro do índio.

Ao lado disso, nota-se uma certa mágoa dos missionários pelo fato de seu trabalho não ter sido reconhecido no Estatuto do Índio. O ex-presidente Médici vetou o artigo do Estatuto que autorizava a ação das missões junto às comunidades indígenas. Independentes em seu trabalho, algumas há séculos, as missões estão sentindo, aos poucos, o interesse da Funai em conhecer de perto seu trabalho, que até agora vinha sendo exercido sem qualquer interferência de órgãos oficiais. A orientação de toda atividade missionária vinha sendo calcada, até agora, nos princípios ditados pela pastoral indígena da CNBB.

AS DENÚNCIAS

Os principais problemas levantados pelo Cimi quanto à aplicação da política indigenista podem ser resumidos nos seguintes pontos:

— O Estatuto do Índio foi violado pelo presidente da Funai, quando transferiu, através de simples decreto, os índios kranhãcarores para o Parque Nacional do Xingu. Pacificar este grupo indígena, para, em seguida, removê-lo de seu habitat, para os missionários mostra bem a função política da Funai, "que não é uma política indigenista, mas uma política em favor do branco invasor".

— Os índios suruí estão perdendo sistematicamente suas terras em Rondônia, tendo a Funai fornecido certidão negativa a senhores do Paraná de territórios ainda ocupados por índios isolados. O Parque de Aripuanã, região habitada por estes grupos, foi demarcado, mas a maior parte das tribos de cinta-larga, suruí, gaviões e araras estão localizadas fora dos limites da área indígena. Um decreto da Funai estabeleceu que até janeiro de 1976 todos esses índios serão transferidos para dentro do parque, contrariando o Estatuto do Índio, que prevê uma consulta a essas comunidades antes que seja decretada a transferência.

— Os Kaingang e os guaranis, em quase todos os postos espalhados no Sul do País — particularmente Nonoai, Guarita e rio das Cobras, vem perdendo seus territórios, apesar da ação da Funai e da existência do Estatuto do Índio, que garante aos índios a posse da terra em que vivem.

— Os índios bororos e xavantes, de Mato Grosso, vêm requerendo há anos uma solução definitiva e satisfatória para o

problema de suas terras, mas os processos continuam tramitando, sem definição, na Funai.

A renda indígena proveniente dos projetos do Departamento Geral do Patrimônio Indígena — DGPI, no Sul do País, é aplicada onde esse Departamento acha melhor, sem consultar os índios, ou chefes de postos, que desconhecem o destino da mesma.

O arrendamento das áreas indígenas do Sul ainda não foi resolvido, embora o Estatuto não aceite mais esse tipo de exploração da terra do índio.

A Funai participa do afugentamento dos waimiris-atroaris de Roraima alegando uma aproximação pacífica, mas, na verdade, entregando os territórios indígenas ao branco. O próprio Apoena Meirelles, citam os missionários, declarou recentemente: "Hoje em dia estamos trabalhando como pontas de lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que estão se instalando na Amazônia".

Acentua o secretário-executivo do Cimi, Egidio Schawden, a necessidade de uma tomada de posição do próprio governo para que a atração do índio deixe de se constituir num fator político, transformando-se em fator acima de tudo antropológico, sem mudanças na cultura, costumes e tradições das culturas primitivas. As falhas atribuídas às frentes de atração, na opinião do Cimi, não estão nos métodos dos sertanistas, mas nas ordens emanadas de Brasília do tipo: "As máquinas não podem parar"; "A estrada deve continuar"; "A Funai deve fazer agora as atrações", etc.

"Essas ordens", na opinião dos missionários, "na mais suave das hipóteses causarão a morte de mais sertanistas da Funai e na pior das hipóteses a morte de mais um povo, a exemplo dos kranhãcarores. A questão não é colocar se a Funai ou as missões participarão da atração dos waimiris-atroaris. A questão básica é a seguinte: "Vamos ou não participar dessa invasão de bárbaros qual é a rodovia Manaus-Caracará, que cortou a reserva desses índios?"

Outro ponto levantado pelo presidente do Cimi, padre José Vicente César, é o da evasão de índios xavantes das missões de São Marcos e Sangradouro para as grandes cidades, "que vêm sendo estimulada pela Funai. Esta é uma das principais causas de nosso descontentamento com a Funai. Dois índios, um dos quais menor de idade, estão servido na Marinha sem consulta ao superior da missão e isso contraria o Estatuto do Índio, além de trazer graves problemas para a coesão tribal. Embora a Funai tenha desmentido que estes índios estejam sendo motivados a exercerem atividades na cidade, o Cimi tem conhecimento

que os xavantes assistiram, em suas aldeias, a filmes sobre a Marinha, ouvindo — ainda palestras que exerceram profundo fascínio, principalmente no meio dos jovens guerreiros. Alguns deles já viajaram para Brasília e aguardam ansiosos por uma autorização da Funai para que possam servir na Base Naval".

A QUESTÃO DA CATEQUESE

Com seu nome ausente das páginas dos jornais, retraído, vivendo há oito anos entre os índios parecidos numa humilde choça, o padre jesuíta Adalberto Pereira Holanda, conselheiro do Cimi, responsável pela elaboração do Diretório Indígena, talvez seja o missionário com ideias mais avançadas sobre a ação missionária junto aos índios.

Seu Diretório, que analisa todos os aspectos da aculturação indígena, inova bastante o posicionamento da Igreja diante dos povos de cultura primitiva. O Cimi endossa seus princípios e suas ideias básicas têm sido difundidas nas frequentes reuniões que o Conselho realiza com missões em vários pontos do País.

"Há 10 anos — afirma Adalberto — eu seria até excomulgado, mas hoje em dia a Igreja está passando por uma profunda reflexão sobre seus métodos de catequese, a maneira de encarar os povos de cultura pura. Defendendo a necessidade de se estudar as comunidades tribais, é a esse trabalho que me dedico. O índio, na catequese aplicada até hoje, desvinculada dos valores míticos, continua se comportando intato. A catequese não passava de um verniz, que por si não afetou o sistema de crenças, sobretudo nos adultos".

A cristianização — à maneira ocidental, sem estudos prévios da alma indígena, por substituição das cerimônias nativas pelas práticas do culto cristão, ou pela concomitância das cerimônias apresentam os seguintes incentivos psicológicos, na opinião do jesuíta: — O desejo do índio de se igualar ao branco e apagar o estigma de selvagem e pagão, é um meio de obter status superior perante o branco, ou pelo menos ter relações simétricas com a comunidade nacional.

O Diretório Indígena coloca em destaque a necessidade de se criar um sistema de motivações capaz de conduzir o índio à reorganização de sua economia em bases diferentes, compatíveis com a nova vida, levando-o a uma auto-suficiência. É o contrário do paternalismo — ressaltou Adalberto Holanda — que consiste em regalar dádivas aos índios, sem qualquer esforço de sua parte. Este paternalismo cria no índio uma mentalidade de eterna dependência e a ideia de que teria o direito a uma assistência permanente.